

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Enfoques e Agendas

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
ENFOQUES E AGENDAS**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: enfoques e agendas /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
214 p. : 916 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira;
v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-79-0
DOI 10.22533/at.ed.790182703

1. Direitos humanos na educação. 2. Educação e Estado –
Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos
aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

EIXO 1: DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DO SABER FILOSÓFICO

Tércio Ramon Almeida Silva e Patrícia Cristina Aragão 6

CAPÍTULO II

DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR E ORGANIZACIONAL – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DOCUMENTAL NA PARAÍBA

Raquel Martins Fernandes Mota, Jonas Cordeiro de Araújo, Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto, Hiago Felipe Lopes e Amanda Silva de Lima 15

CAPÍTULO III

EMPREENDENDO A EXCELÊNCIA DOS VALORES HUMANOS NAS ESCOLAS DE IGARASSU: NÃO AO BULLYING, AUTOMUTILAÇÃO E QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO

Arlene Benício de Melo Alves 36

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior e Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes 45

EIXO 2: GESTÃO

CAPÍTULO V

A COORDENAÇÃO DO 1º SEGMENTO NO CAP JOÃO XXIII/UFJF: A BUSCA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Miriam Raquel Piazzini Machado e Alesandra Maia Lima Alves 55

CAPÍTULO VI

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Virilândia de Moura Luz, Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira, Zélia Maria de Lima Pinheiro, Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá, Rosiléa Agostinha de Araújo e José Cleóstenes de Oliveira 65

CAPÍTULO VII

NOÇÃO DE MARKETING EDUCACIONAL: A PARTIR DAS ATIVIDADES DA GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL FENELON CÂMARA

Ilda Andrade de Lima 78

CAPÍTULO VIII

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA POLÍTICA DE APROXIMAÇÃO PARENTAL SOB A
ÉGIDE DA GESTÃO ESCOLAR?

Josilene Queiroz de Lima 88

EIXO 3: SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO IX

O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Angely Dias da Cunha e Jéfitha Kaliny dos Santos..... 101

EIXO 4: SOCIOLOGIA E FILOSOFIA

CAPÍTULO X

A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marineide da Mota Mercês e Maria do Carmo Barbosa Melo..... 118

CAPÍTULO XI

A INFLUÊNCIA DA SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS
DE APRENDIZAGEM

Ana Lucia Andruchak 133

CAPÍTULO XII

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto 141

CAPÍTULO XIII

CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO PARA A ENFERMAGEM:
REFLEXÕES TEÓRICAS

Bruno Neves da Silva e Manoel Dionizio Neto 153

CAPÍTULO XIV

CINE DIÁLOGOS: CONTRIBUIÇÕES À ORGANIZAÇÃO DO CINEMA E AO USO DE FILMES
EM SALA DE AULA

Dannyel Brunno Herculano Rezende..... 163

CAPÍTULO XV

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO NO SUCESSO ESCOLAR, SOB A
ÓTICA DA SOCIOLOGIA DO IMPROVÁVEL

Germana Lima de Almeida, Danielle dos Santos Costa e Constantin Xypas 175

CAPÍTULO XVI

O DESAFIO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

*Ana Paula Ferreira Agapito, Adriano Amaro da Silva, Claudivania de Almeida
Laurentino, Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho e Lielia Barbosa Oliveira*... 188

CAPÍTULO XVII

SUCESSO ESCOLAR IMPROVÁVEL: ASPECTOS DISTINTIVOS DE UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO NO BRASIL

Danielle dos Santos Costa, Germana Lima de Almeida, Iuska Kaliany Freire de Oliveira e Constantin Xypas..... 196

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

**Ronaldo Silva Júnior
Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes**

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ronaldo Silva Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA

São Luís – Maranhão

Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes

Universidade Ceuma - UNICEUMA

São Luís – Maranhão

RESUMO: Por toda a história da humanidade a diferença entre o homem e a mulher foi contraponto para o desenvolvimento social de forma igualitária e justa, e para que exista igualdade é necessário entendimento e respeito. As mulheres que sofrem violência doméstica carregam consigo sentimentos de abandono, baixa autoestima, tristeza. O objetivo desta pesquisa é mostrar quais as determinantes da violência contra a mulher no contexto familiar, bem como os mecanismos de garantia dos direitos humanos à mulher. Foi realizado um levantamento bibliográfico e documental. Fatores histórico-ideológicos como aquele que torna legítimo o poder do homem sobre a mulher, havendo inclusive possibilidade de uso de força física, devido ao machismo, uma prática cultural, exercida pelo homem sobre a mulher como ato corretivo; fatores pedagógicos, que se relaciona com a forma com a qual somos ensinados sobre as relações pertinentes aos direitos masculinos e femininos; fatores estruturais, que se referem ao questionamento sobre a condição feminina, a sua dependência do homem, o auto sustento, que por não poder exercer funções fora a de “dona de casa” as mulheres não tinham renda e muito menos participação nas decisões a respeito das obrigações da casa. Assim, entende-se que a norma jurídica foi de extrema importância para a quebra de paradigmas sociais, e a mudança na estigmatização que as mulheres carregaram durante toda a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Mulher, Determinantes, Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

Por toda a história da humanidade a diferença entre o homem e a mulher foi contraponto para o desenvolvimento social de forma igualitária e justa, e para que exista igualdade é necessário entendimento e respeito. Em pleno século XXI ainda vivenciamos casos de violência de gêneros, que se caracteriza como aquela violência exercida sobre um sexo oposto, tratando-se em geral da violência contra a mulher. Esse assunto vem a cada dia sendo debatido com mais frequência, tanto na área jurídica como na área social e de saúde (CAVALCANTI, 2007).

O homem, por sua força física e poder de mando, passou a assumir o poder dentro da sociedade. Com isso, a ideia de posse dos bens e a garantia da herança dela para as gerações futuras, levaram o homem a interessar-se pela paternidade e a mulher passou a ser do homem, como forma dele perpetuar-se através da

descendência. A função social da mulher passou a ser restrita ao mundo doméstico, submissa ao homem (PRIORE, 1989).

No que se refere especificamente à história de lutas e conquistas, em nível mundial, Santos (2002) destaca o dia 08 de maio como uma das datas mais importantes, pois neste dia, no ano de 1857, as operárias da fábrica têxtil Cotton, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, fizeram uma greve, em protesto contra uma jornada diária de 16 horas e baixos salários. Como resposta à manifestação, os patrões mandaram incendiar o prédio e 129 mulheres morreram queimadas, dando origem ao Dia Internacional da Mulher. Outra data a ser destacada é 25 de novembro, celebrado o Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher, onde nesta data, no ano de 1960, duas irmãs foram brutalmente assassinadas na República Dominicana, durante o regime do ditador Trujillo. Desde 1981, o dia é usado, em vários países, como alerta para a necessidade de combater a violência contra as mulheres (PRIORE, 1989).

As mulheres que sofrem violência doméstica carregam consigo sentimentos de abandono, baixa autoestima, tristeza. Perdem sua identidade, surgem o medo, a vergonha, ocasionados pelo motivo de que seus agressores são muitas das vezes pessoas do seu meio de convívio como seu companheiro.

A violência contra a mulher é um problema social grave, e já é considerado de saúde pública, mas está longe de ser um absurdo dos dias atuais, já que há séculos as mulheres são violentadas e oprimidas. E as estatísticas aumentam a cada dia que passa. É um problema que independe de classe social, de raça ou de status econômico. Geralmente, o que se percebe é que essa violência se arrasta por anos a fio, até a hora em que a violentada tem coragem de denunciar o seu agressor, e isso demora a acontecer em decorrência de uma dependência econômica e emocional que a mesma tem com o seu companheiro.

Diante disso, temos como objetivo nesta pesquisa mostrar quais as determinantes da violência contra a mulher no contexto familiar, bem como a garantia dos direitos humanos à mulher. Nesse sentido, esse estudo se justificou a medida que os casos de violência contra a mulher continuam em níveis alarmantes, surgindo a necessidade de realizar um estudo a respeito da violência contra a mulher praticada pelo companheiro íntimo, marido, namorado, seja no lar ou fora dele. A pesquisa utilizou o método dedutivo para construção do seu resultado, partindo da observação de dados gerais, para o acolhimento de conclusões em níveis específicos. Foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, através de artigos, monografias, teses e livros, além de dados de pesquisa de institutos oficialmente reconhecidos e documentos possíveis de observação nas varas especializadas.

2. PERFIL DO AGRESSOR

É certo que a violência faz parte da vida do homem em todas as épocas. “Por mais que recuemos no tempo, ela está sempre presente, aparecendo em suas várias

facetadas”. Vistos de fora, pode-se pensar que os agressores são pessoas responsáveis, dedicados, carinhosos, ou seja, cidadãos exemplares (MACHADO; GONÇALVES, 2003).

Com explica Dowd (1998) em sua pesquisa, o agressor, muitas vezes, foi vítima de violência física quando criança, o que está significativamente relacionado a um comportamento criminal violento, na fase adulta. Busca, então, submeter à mulher a vontade dele, tendo a necessidade de controlá-la.

Em geral, o homem violento apresenta algumas características comuns, como o alcoolismo; o nível ocupacional reduzido, podendo ser caracterizado pelo desemprego; a auto-estima baixa e até mesmo a depressão. Assim, conforme Costa (2003), os indivíduos que foram vítimas de maus-tratos na fase da infância, tendem a reproduzem tais condutas, tornando-se sujeito ativo da agressão.

Desta forma, são considerados fatores contribuintes para a violência “o isolamento geográfico, físico, afetivo e social, o poder e o domínio ou a influência moral”. Assim, muitas vezes, o homem sente-se culpado pelas atitudes, prometendo à companheira melhorias em relação ao futuro. No entanto, não consegue cumprir com a promessa e, em consequência, reativa o sentimento de culpa, bebe e passa a agredi-la novamente (COSTA, 2003).

3. PERFIL DA VÍTIMA

A vítima, em sua grande maioria, são mulheres que, de uma maneira geral, são envergonhadas, incapazes de reagir por conta de ser o lado mais fraco da relação e ainda é, muitas vezes, emocionalmente dependente.

Em pesquisa, a Fundação Perseu Abramo, em 2001, revela que cerca de 43% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. A mesma pesquisa revelou que 6,8 milhões dentre as brasileiras vivas já haviam sido espancadas pelo menos uma vez, o que significaria, no contexto, que a cada 15 segundos, uma mulher seria espancada no país.

Tais vítimas possuem, ainda, “baixa auto-estima e vários problemas de saúde, na maioria dos casos, as mulheres são chantageadas por seus maridos e frequentemente cedem às pressões, sentindo-se incapaz de agir e vivem em estado de pânico e temor” (COSTA, 2003). Assim, conhecendo esses pontos fracos, o agressor acaba usando-os como instrumentos para ameaçar e maltratar a mulher. Alia-se ainda, a este fator, o medo que as vítimas possuem quanto à segurança pessoal e familiar, além de, muitas vezes, depender financeiramente do agressor.

Muitos casos de violência física, conforme Costa (2003), encontram-se associados ao consumo de álcool e drogas por parte do agressor, onde tal consumo pode tornar-lo mais irritável e agressivo, especialmente nas crises de abstinência. “Nesses casos o agressor pode apresentar inclusive um comportamento absolutamente normal e até mesmo ‘amável’ enquanto sóbrio, o que pode dificultar a decisão da vítima em denunciá-lo”. Conforme obra da Desembargadora do Tribunal de Justiça (RS), Maria Berenice Dias (2008), o agressor é socialmente agradável e

encantador, passando a impressão de ser um belo companheiro, o que não permite que referências às atitudes agressivas tenham a devida credibilidade.

4. FASES DA VIOLÊNCIA

As fases da situação de violência doméstica compõem um ciclo que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos. É muito comum que esse ciclo se repita com maior violência e intervalo menor entre as fases. Tal repetição contra a mulher pode se mostrar indefinidamente, ou, pior, muitas vezes terminar em tragédia, com uma lesão grave ou até mesmo, homicídio (TELES; MELO, 2002).

Diante deste contexto, percebe-se que as etapas da violência contra a mulher começam com um clima de horror, que é caracterizado por ofensas e gritos, depois vem a agressão física, em seguida a desculpa por intermédio das juras de amor, momento onde se concretiza a reconciliação.

Este ciclo é vivido pela vítima numa constante de medo, esperança e amor. Medo, em virtude da violência de que é alvo; esperança, porque acredita no arrependimento e nos pedidos de desculpa que têm lugar depois da violência; amor, porque apesar da violência, podem existir momentos positivos no relacionamento.

Fase da Tensão: É a primeira fase da violência, onde vai se acumulando e se manifestando um clima de tensão entre as partes, geralmente com a ocorrência da violência moral, por meio de atritos, ameaças, calúnia, difamação ou injuriar a honra ou a reputação da mulher, as quais, muitas vezes, são recíprocas (LOURENÇO; LISBOA, 1997).

Esta fase acontece, na maioria das vezes, dentro de casa ou unidade doméstica, sendo geralmente praticada por um membro da família que conviva com a vítima.

Assim, Cavalcanti (2007) explica que as tensões cotidianas acumuladas pelo agressor, acabam criando um ambiente de perigo iminente para a vítima, onde ele atribui a culpa à mulher, justificando o seu descontrole. “Sob qualquer pretexto o agressor direciona todas as suas tensões sobre a vítima”.

Fase da Agressão: Nesta segunda fase ocorre a descarga, de forma descontrolada, de toda aquela tensão acumulada na primeira fase. O agressor passa a atingir a vítima com empurrões, socos e pontapés, ou às vezes usa objetos, como garrafa, pau, ferro e outros, onde a vítima procura defender-se, esperando que o agressor pare e não avance com mais violência (LOURENÇO; LISBOA, 1997).

Conforme Machado e Gonçalves (2003), este ataque pode ser de grande intensidade, podendo a vítima por vezes ficar em estado grave, necessitando de tratamento médico, ao qual o agressor nem sempre lhe dá acesso imediato.

Fase da Reconciliação: Nesta última fase, o agressor, depois da tensão ter sido direcionada sobre a vítima, na forma de violência, manifesta-lhe arrependimento e pede perdão, prometendo mudar de comportamento, ou até finge que não houve nada, porém passa a ser mais carinhoso, bonzinho, traz presentes,

fazendo com que a mulher acredite que aquilo não vai mais voltar a acontecer (MACHADO; GONÇALVES, 2003).

Doravante, Lourenço e Lisboa (1997) afirmam que a mulher não deve ser vista apenas como uma vítima da violência que foi provocada contra ela, mas como elemento integrante de uma relação com o agressor que ocorre em um contexto bastante complexo, que às vezes se transforma em uma espécie de jogo em que a vítima passa a ser cúmplice.

Assim, o agressor pode invocar motivos para que a vítima desculpe tal comportamento violento, como por exemplo, ter tido um mau dia, ter-se embriagado ou consumido drogas. Pode ainda invocar o comportamento da vítima como motivo para o seu descontrole. Para reforçar o pedido de desculpas pode tratá-la com delicadeza e tentar seduzi-la, fazendo-a acreditar que, de fato, foi essa a última vez que ocorreu o descontrole (CAVALCANTI, 2007).

5. DETERMINANTES NO CONTEXTO FAMILIAR

A violência contra a mulher não é novidade na sociedade contemporânea. Trata-se de um fenômeno que compõe uma gama de relações sociais que dificultam sua compreensão, devido sua complexidade. Esse é um tema antigo que vem desde quando a Igreja Católica perseguia as mulheres por expressarem opinião própria ou quando as mulheres eram vistas como sexo reprodutor e dona de casa, ou até mesmo quando as mães tinham filhas mulheres e eram rejeitadas, pois não tinham serventia para a perpetuação da linhagem do pai (SAFFIOTI, 2011).

O modelo social em que se inseria, onde havia uma hierarquia criada pelo homem, trazia uma imagem de que ao longo dos anos era o homem quem detinha a superioridade, o poder, a autoridade e total domínio sobre os membros da família, de modo que a violência familiar, advinda do cônjuge, embora seja um tema que remonta a antiguidade, não reteve grandes atenções ao longo dos anos, ganhando na atualidade uma maior visibilidade.

Importante destacar que mesmo tendo ganhado uma maior vitrine, esse problema ainda se mostra oculto em muitos segmentos socioculturais do mundo moderno e mesmo havendo uma ampla divulgação acerca dos direitos de proteção a mulher, o medo e o preconceito podem ser considerados grandes retardatários na evolução da luta contra a violência de gêneros. Dentre os diversos fatores que desencadeiam a violência contra a mulher, destacam-se o uso do álcool e das drogas ilegais, bem como a manifestação de ciúmes.

Saffioti (2011), assim como Cantera (2010), chamam atenção para o modelo patriarcal no contexto dessa violência, de ordem cultural e social, estruturados e fundamentados em si, para possível entendimento sobre a violência contra a mulher na relação conjugal. Desse modo, a violência gerada por diferenças de gênero deve ser vista, principalmente, como um derivante cultural e social.

6. CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Souza (2009) explica que a violência é vista pelos doutrinadores como algo complexo, difícil de conceituar, podendo-se dizer de uma maneira geral que esta é dita de todo fato que possamos representar através de relações, omissões, negligências e ações feitas por pessoas que resultem em danos psicológicos, morais, físicos ou espirituais a outro indivíduo.

A violência de gênero pode da mesma forma, ser considerada como violência praticada contra a mulher, uma vez que afirma Rocha (2007, p. 11) a violência doméstica acontece principalmente nas relações familiares pertinentes à vida privada, muitas vezes encoberta pela ideologia do casamento perfeito e se expressa da seguinte forma:

A violência de gênero se expressa em várias modalidades, destacando-se, pela sua magnitude, a violência doméstica e, dentre as formas que esta assume, a violência conjugal. Nas últimas décadas, os movimentos feministas, em várias partes do mundo, deram visibilidade à violência de gênero, demonstrando os seus altos índices e a gravidade de suas consequências para as mulheres e para a sociedade.

Machado (2010), explica que pode se considerar como violência doméstica qualquer atitude que tenha como objetivo infligir maus-tratos físicos, econômicos, mentais ou sexuais, direta ou indiretamente, entre pessoas que dividam o mesmo domicílio ou tenham possuído alguma relação conjugal.

Destaca-se que em 2006, como resultado das lutas que ocorreram ao longo da história, a Lei popularmente chamada de Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), foi homologada no Brasil. Com o objetivo de coibir e punir a violência praticada contra a mulher, a norma jurídica surge como um mecanismo legal com objetivo de atuar no fortalecimento da sociedade brasileira e contribuir para ações de prevenção.

Para Rocha (2007) as mulheres compõem um segmento social que sofre com a discriminação imposta pela sociedade que consideram frágil e minoritária, sendo este preconceito em si uma forma de violência derivada de uma sociedade que violenta a mulher. Dessa forma, nota-se que, embora tenha havido várias conquistas femininas o longo das últimas décadas, a violência praticada contra a mulher ainda possui dimensões desconhecidas, haja vista a forma banal e natural com a qual os crimes derivados de discriminação de gêneros são vistos em grande parte das vezes em que são relatados.

Rocha (2007) destaca, ainda, que um dos motivos que contribui para essa situação é o fato de que a violência doméstica ocorre silenciosamente, não porque o ato em si seja silencioso, mas porque o grito de socorro é sufocado, seja por vergonha ou medo, de modo que não revelam tudo que ocorre, independente da camada social. Dessa forma, o silêncio que persiste em se manter aprisionado pelos limites da unidade doméstica pode ser responsável, em partes, pelo agravamento dos crimes de violência contra a mulher, uma vez que manchas culturais encontram-

se profundamente enraizadas no pensamento da sociedade que ainda hoje reproduz pensamentos que visam culpar a mulher pela violência sofrida.

Silva (2011) chama a atenção para o fato de que essas situações fazem com que ocorra uma espécie de cumplicidade das pessoas com o agressor e conseqüentemente acarreta na omissão da mulher, mesmo perante as autoridades. Esse cenário faz com que a mulher vitimada sintam-se mais segura sufocando a sua dor e ocultando a violência sofrida, uma vez que o medo que vivenciam torna-se maior que as garantias de proteção que são oferecidas.

Fatores histórico-ideológicos como aquele que torna legítimo o poder do homem sobre a mulher, havendo inclusive possibilidade de uso de força física, devido ao machismo, uma prática cultural, exercida pelo homem sobre a mulher como ato corretivo; fatores pedagógicos, que se relaciona com a forma com a qual somos ensinados sobre as relações pertinentes aos direitos masculinos e femininos; fatores estruturais, que se referem ao questionamento sobre a condição feminina, a sua dependência do homem, o auto sustento, que por não poder exercer funções fora a de “dona de casa” as mulheres não tinham renda e muito menos participação nas decisões a respeito das obrigações da casa.

Além destes, há fatores institucionais, que tangem diretamente sobre o modelo patriarcal, no qual o homem é a referência na construção dos bens materiais, o que o torna o protetor e provedor da família, deixando para a mulher o papel maternal, o de procriar e dar continuidade aos membros que farão parte da mesma. Isto posto, denota-se em uma espécie de violência cercada pelo silêncio e demarcada pela autoridade por parte do homem, confirmando a delimitação dos papéis de cada membro na relação familiar. Sendo assim, o patriarcado é um tipo de organização que se tem baseado no domínio e no poder punitivo.

Sob essa ótica, vê-se que a violência contra a mulher é algo que vem sendo perpetuado ao longo do tempo, dando forma a modelos familiares patriarcais onde é possível observar uma subjugação da mulher pelo homem. Cantera (2010) sintetiza esse fenômeno esclarecendo que a violência de gênero na relação conjugal é um processo histórico que é realizado pela sociedade dominada pelo pensamento patriarcal, que seguia normas e regras impostas pelo homem, para que tivesse total domínio sobre a mulher, um verdadeiro abuso de poder.

O GEVID (2013) lista uma série de motivos que dificultam a saída da mulher de um relacionamento abusivo, conforme segue: Medo de romper o relacionamento; Vergonha de procurar ajuda e ser criticada; Esperança de que o parceiro mude o comportamento; Por sentir-se sozinha e não contar com pessoas que a apoiem; Medo de não ser aceita na sociedade como uma mulher sem marido; Dependência econômica dos parceiros para o sustento da família; Nem todas estão preparadas para viver um processo de separação.

É preciso entender que a mulher vítima de violência não deve ser julgada pela sua dificuldade em interromper o ciclo, uma vez que sem segurança e sem apoio emocional e financeiro é muito complicado escapar das agressões de alguém que se encontra tão próximo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da desigualdade de gêneros visto como um fator cultural revela a concepção de que existem diferenças entre homens e mulheres na sua maneira de se organizar socialmente e exige um longo caminho para tornar possível o reconhecimento de um conceito sobre a categoria gênero, realizada para tornar viável a identificação da maneira com a qual cada segmento social imputa significado a essa desarmonia entre os gêneros.

Lei nº. 11.340 de 2006, batizada como Lei Maria da Penha, surge visando promover a consolidação dos Direitos Humanos, fazendo com que as mulheres vítimas de violência, tenham seus direitos respeitados através de um dispositivo que tenha a finalidade não só punitiva dos agressores, mas também vise reabilitá-los, já que o tratamento destes é fundamental para a prevenção de novos atos de violência contra a mulher. Desse modo, é importante que a sociedade entenda que essas violências não podem ser banalizadas e que o problema e a responsabilidade são de todos nós, portanto a lei propicia às mulheres pensarem em um recomeço de vida após um período de sofrimento, agressões e repressão, fazendo com que a sua dignidade e os direitos humanos básicos sejam respeitados.

Assim, entende-se que a norma jurídica foi de extrema importância para a quebra de paradigmas sociais, e a mudança na estigmatização que as mulheres carregaram durante toda a vida. O caminho a ser trilhado pela sociedade é de certa forma difícil, sendo preciso constantemente buscar atualização nas medidas que buscam dar efetividade à garantia legal de direitos que as mulheres detêm.

REFERÊNCIAS

CANTERA, Leonor. **Casais e Violência: Um enfoque além do gênero**. 1 ed. Porto Alegre: Dom Quixote Editora, 2010.

CAVALCANTI, Stela V. S. F. **Violência doméstica contra a mulher no Brasil**. Ba, Podium, 2007.

COSTA, José Martins Barra. **Sexo, Nexo e Crime**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Violência Doméstica e as uniões homoafetivas**. 2007. Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/35_viol%EAncia_dom%E9stica_e_as_uni%F5es_homoafetivas.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2017.

DOWD, M. D. **Conseqüências da violência - morte prematura, recidiva da violência e criminalidade violenta**. Rio de Janeiro: Interlivros 1998; p.73-82.

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel. **Violência contra as Mulheres**. Lisboa: Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, 1997.

MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. **Violência e Vítimas de Crimes**. Coimbra: Quarteto, 2003.

MACHADO, Lia Z. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gêneros**. São Paulo: Veras Editora, 2007. (Série Temas: 6)

SAFFIOTI, H. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2° reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SILVA, L. J. Violência de Gênero: um grave problema social da contemporaneidade. **Revista fatos & versões**, 2011;5(3):70-80.

SOUZA, V. P. **Violência doméstica e familiar contra a mulher - a Lei Maria da Penha: uma análise jurídica**. 2009. Disponível em: <<http://www.monografias.brasilecola.com/direito/violencia-domestica-familiar-contra-mulher-lei-maria.htm>>. Acesso em: 01 set. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica. **O que é Violência contra Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

ABSTRACT: Throughout the history of mankind, the difference between man and woman was counterpoint to social development in an egalitarian and just way, and for there to be equality, it is necessary to understand and respect. Women who experience domestic violence carry with them feelings of abandonment, low self-esteem, sadness. The objective of this research is to show the determinants of violence against women in the family context, as well as mechanisms to guarantee the human rights of women. A bibliographic and documentary survey was carried out. Historical-ideological factors such as the one that makes legitimate the power of the man on the woman, having even possibility of use of physical force, due to the machismo, a cultural practice, exerted by the man on the woman like corrective act; pedagogical factors, which relates to the way in which we are taught about the relations relevant to male and female rights; structural factors, which refer to the questioning of the female condition, its dependence on men, self-support, which, because it could not perform functions other than the "housewife", women had no income and much less participation in decisions about them of the house. Thus, it is understood that the legal norm was of extreme importance for the breakdown of social paradigms, and the change in the stigmatization that women carried throughout their lives.

KEYWORDS: Violence, Women, Determinants, Human Rights.

Sobre os autores

Adriano Amaro da Silva Graduando em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: adrianoamaro100@gmail.com

Alessandra Maia Lima Alves Professora do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, Membro do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF; Coordenadora do Grupo de Estudo Sistema de Ensino-Gese/UFJF; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Viçosa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; e-mail: alesandramaia@bol.com.br

Amanda Silva de Lima Advogada OAB/PB; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista voluntária no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: mandalimasl@gmail.com;

Ana Lúcia Andruchak, Professora Assistente na UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1994). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2007). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Pesquisadora na Área da Formação de Professores, Currículo, Ciclos de Formação Humana, Políticas Educacionais e Financiamento da Educação. Tem experiência na área da Educação Básica e na Formação docente, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Didática, Currículo, Estágio Curricular Supervisionado, Metodologia Científica, História da Educação, Educação Infantil, Unidocência e disciplinas específicas para a Formação Docente.

Ana Paula Ferreira Agapito Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: anaagapito@fiponline.edu.br ou anaagapito@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Arlene Benício de Melo Alves Professora da Educação Básica pela Prefeitura do Recife – PE; Coordenadora Municipal do Ensino Fundamental – Anos finais em

Igarassu – PE; Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE; Pós-graduada em Psicopedagogia pela mesma instituição; Também apresenta especialização em Educação Especial Inclusiva; Já atuou como Orientadora de Estudo do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). E-mail: arlenebenicio@gmail.com

Bruno Neves da Silva Graduação em Bacharelado em Enfermagem pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras-PB. E-mail para contato: ufcgbruno@gmail.com.

Claudivania de Almeida Laurentino Graduanda em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: claudivania.almeida@hotmail.com

Constantin Xypas Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas-PPGCISH/UERN; Licenciatura em Humanidades (Letras clássicas, História e Filosofia) da Universidade de Atenas, Grécia (1972); Graduação (1974), Mestrado (DEA) (1976) e Doutorado (1978) em Ciências da Educação na Universidade de Caen, França; Habilitation à Diriger des Recherches (Pós-Doutorado) em Ciências da Educação da Universidade de Paris 8, França (1999); membro da Rede Interdisciplinar e Interinstitucional Êxito Escolar, Empoderamento e Ascensão Social (RIEAS).

Danielle dos Santos Costa Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus* Santa Maria da Boa Vista; Graduação em Letras – Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dannyel Brunno Herculano Rezende Professor de Sociologia do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) e Professor-Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / PIBID (Capes/UFRN). Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN. Doutorando em Ciências Sociais pela mesma universidade (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / PPGCS). Membro do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos / UFRN. Áreas de interesse de pesquisa: Educação, Religião e Política (interfaces: Mídia e Política e Religião e Política). [E-mail: drezende@bol.com.br](mailto:drezende@bol.com.br)

Erivana D'Arc Daniel da Silva Ferreira Assistente em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro do corpo técnico-administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), *campus* Cariri; Especialização em Prática Docente no Ensino Superior pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do

Cariri (UFCA); – Grupo de pesquisa: Tecnologia Ambiental e Desenvolvimento Social; Ciências Aplicadas e Tecnologia (IFCE/*campus* Juazeiro do Norte); E-mail para contato: erivanadarc@gmail.com.

Fernanda Ramalho dos Santos Carvalho Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas de Patos (FIP); E-mail para contato: fernandarmh@hotmail.com

Germana Lima de Almeida Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Bolsista da Fundação Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Hiago Felipe Lopes Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; E-mail para contato: hiagolog@gmail.com

Ilca Andrade de Lima Especialização em Educação Infantil pela Universidade Federal da Paraíba; Graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba; E-mail: ilca.adelima@hotmail.com

Iuska Kaliany Freire de Oliveira Graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Especialização em Assessoria de Imprensa pela Universidade Potiguar (UnP); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – E-mail: jeh_fitha@hotmail.com

Jonas Cordeiro de Araújo Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: jonas.adm2014@gmail.com

José Cleóstenes de Oliveira Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Prática Docente do Ensino Superior das Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Pós-Graduado *Lato Sensu* em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado

de Oliveira (UIVERSO), Niterói-RJ; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Cariri (URCA), *campus* Crato-CE; E-mail para contato: j.cleostenes@outlook.com

Josilene Queiroz de Lima Supervisora Educacional na rede municipal de Catolé do Rocha – PB. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro do Grupo de Pesquisa Ateliê Sociológico Educação & Cultura. E-mail para contato: supervisorajosi@gmail.com

Liélia Barbosa Oliveira Professora das Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); E-mail para contato: lieliaoliveira@fiponline.edu.br ou lieliapb@hotmail.com

Luciana Letícia Barbosa Silva Gomes É natural de São Luís – MA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Psicopedagogia e graduanda de Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA).

Manoel Dionizio Neto Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia e Educação (GEPEFE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaço e Tempo (GET); e-mail para contato: dionizioneto@uol.com.br.

Maria Cláudia Paes Feitosa Jucá Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Questões de Gênero e Educação para Cidadania pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Educação pela Universidade de Évora-Portugal, revalidado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail para contato: claudiafjuca1@hotmail.com

Maria do Carmo Barbosa de Melo Doutora em Educação, área de conhecimento de Metodologia do Ensino da História e das Ciências Sociais, pela Universidade do Minho (2007). Professora Adjunta M03 – II C, da Universidade de Pernambuco, no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação. Scrito-Sensu, Coordenadora Geral do PARFOR – UPE. Presidente regional do FORPARFOR Nordeste, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Cultura Afro-brasileira nas práticas pedagógicas; Concepções e práticas do Ensino de História e Consciências História/Consciência Social e História Ambiental.

Maria Viriândia de Moura Luz Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte;- Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e graduação em Bacharelado em Comunicação Social, ambas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *campus* de Picos; Especialização em Gestão Educacional pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Crato-CE; Mestranda em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); E-mail para contato: virlandialuz@gmail.com

Marineide da Mota Mercês Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Especialista em Psicologia Jurídica e Graduada do Curso Formação de Professores em Psicologia pela Faculdade FRASSINETTI do Recife – FAFIRE. Colaboradora da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco 2ª Região – CRP 02. Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Limoeiro – PE.

Miriam Raquel Piazzini Machado Professora Titular do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente da Especialização em Educação no Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pelas FCT/Unesp – Campus Presidente Prudente; Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; E-mail para contato: miriam.machado@ufjf.edu.br

Otacílio Gomes da Silva Neto Professor da Universidade Estadual da Paraíba; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2003); Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal (2005); Doutorado pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Pernambuco (2017); Membro da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII; E-mail: otacilio.uepb@hotmail.com

Patrícia Cristina de Aragão Doutora em educação; Mestre em economia; Graduação em história; Graduação em psicologia; Professora do programa de pós-graduação em formação de professor; Professora do programa de pós-graduação em serviço social; Coordenadora do grupo de pesquisa história, cultura e ensino.

Raquel Martins Fernandes Mota Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa (cooperação técnica) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (instituição de origem); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino da Universidade de Cuiabá e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Pós Doutorado em andamento em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Grupo de pesquisa: Humanidades e

Sociedade Contemporânea do IFMT; E-mail para contato: raqueldejesus14@gmail.com

Rodrigo Ribeiro de Oliveira Pinto Graduação em andamento em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de João Pessoa, campus João Pessoa; Bolsista voluntário no projeto: Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de agentes de combate a vulnerabilidades sociais; E-mail para contato: rrsrgt24@gmail.com

Ronaldo Silva Júnior É natural de São Luís – MA. Graduado em Direito pela Universidade Ceuma (UNICEUMA), Especialista em Direito Penal e Direito do Consumidor pela Universidade Estácio de Sá. Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Pinheiro.

Rosiléa Agostinha de Araújo Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP); Grupo de Pesquisa: Vivências de Inclusão na Educação; E-mail para contato: leia.uece@hotmail.com

Tercio Ramon Almeida Silva licenciatura plena em filosofia pela uepb; especialista em fundamentos da educação pela uepb; especialista em educação em direitos humanos pela UFPB; Mestre em formação de professores pela UEPB; Professor da rede pública estadual da Paraíba lotado na escola jornalista José Leal Ramos em São João do Cariri-PB; Supervisor do PIBID diversidade da UFCG CDSA campus Sumé-PB

Zélia Maria de Lima Pinheiro Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Membro da Coordenadoria Técnico-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Juazeiro do Norte; Graduação em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras - FECLI/Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE; Mestrado em Teologia, linha de pesquisa Educação Comunitária para Infância e Juventude, pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS; E-mail para contato: zeliamlp@gmail.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-79-0



9 788593 243790